

O CULTURA VIVA E SUA POTÊNCIA DISCURSIVA

Jocastra Holanda Bezerra¹
José Márcio Barros²

RESUMO

O artigo analisa o novo patamar discursivo trazido pelo Ministério da Cultura do Brasil (MinC), nos últimos dez anos, por meio do olhar e análise do emblemático Programa Cultura Viva (PCV). O Cultura Viva consegue reunir, em seu eixo estrutural, questões que pautam a política cultural contemporânea: diversidade cultural, democracia, cidadania cultural, participação, inclusão e desenvolvimento. Isso lhe oferece uma potência discursiva muito grande, maior que suas práticas objetivas, tendo em vista os problemas do campo da gestão que enfrenta até hoje. Para a construção deste texto, fizemos uso de pesquisa documental e coleta de depoimentos de agentes envolvidos no processo, constituindo o *corpus*, para cuja análise utilizamos, principalmente, o aporte teórico e metodológico da teoria do discurso, de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe.

Palavras-chave: Política Pública de Cultura. Política Cultural. Ponto de Cultura. Cultura Viva.

CULTURA VIVA AND ITS DISCOURSIIVE POTENCY

ABSTRACT

This paper analyzes the new discursive level brought by the Ministry of Culture of Brazil (MINC) in the last ten years through the look and analysis of the iconic *Programa Cultura Viva* (PCV). The *Cultura Viva* can muster on its structural axis issues that guide the contemporary cultural policy: cultural diversity, democracy, cultural citizenship, participation, inclusion and development. This gives you a very great discursive power, greater than their objective practices, with a view to the management problems it faces until today. For writing this paper, we made use of documentary research and collection agents testimonials involved in the process, make the corpus, to whose analysis we use mainly the theoretical and methodological contribution of the discourse theory of Ernesto Laclau and Chantal Mouffe.

Keywords: Public Policy of Culture. Cultural Policy. *Ponto de Cultura*. *Cultura Viva*.

¹ Mestre em Políticas Públicas e Sociedade, pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Membro do Grupo de Pesquisa em Políticas de Cultura e Comunicação – CULT.COM da UECE. e-mail: jocastrahb@gmail.com.

² Doutor em Comunicação e Cultura, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação da PUC Minas e em Cultura e Sociedade, pela UFBA. Coordenador do Curso de Especialização em Gestão Cultural da FAP/UEMG e do Observatório da Diversidade Cultural. e-mail: josemarciobarros@gmail.com.

Introdução

A cultura assumiu, nos últimos anos, no Brasil, uma importante centralidade nos projetos de desenvolvimento e de construção da cidadania. Nesse contexto, tem se observado uma elaborada produção discursiva, que abarca questões políticas e conceituais, nas justificativas e formulações dos programas e ações do Estado, que tanto agem em sua legitimação, quanto configuram uma espécie de comunidade de sentidos e de narrativas. Nesse sentido, parece-nos legítimo arguir as políticas culturais do ponto de vista de seu potencial discursivo, acionado pelos diferentes sujeitos que as operam tanto no espaço institucional estatal quanto na sociedade civil, de modo a desvelar o poder hegemônico de encontro e confronto com a realidade.

O presente texto busca, desse modo, analisar o novo patamar discursivo trazido pelo Ministério da Cultura (MinC), a partir de seu processo de reestruturação, iniciado em 2003, com o Governo Lula, por meio do olhar e análise sobre o emblemático Programa Cultura Viva (PCV).

Ao longo dos últimos dez anos, o MinC não só promoveu uma ampliação e atualização conceitual relativa às questões da cultura, em uma perspectiva mais contemporânea, quanto instaurou um novo processo de legitimação, que se pretende mais democrático, participativo e inclusivo, por meio do Sistema e do Plano Nacional de Cultura. Nesse novo cenário, o Programa Cultura Viva aparece como a experiência mais exitosa, na área da cultura, durante os últimos anos, e como uma das mais importantes na história da política cultural do Brasil.

Uma das inovações do Programa, como expõe Domingues (2010, p. 250), é que o Cultura Viva apresenta “a questão do direito à cultura sobre outra perspectiva – não mais do acesso aos bens produzidos, mas também aos meios de produção e disseminação”. Assim, o Programa entende a cultura como direito e reconhece a necessidade de potencializar o acesso aos meios de criação, difusão e fruição cultural.

É ainda o Programa que consegue reunir, em seu eixo estrutural, as novas questões que pautam a política cultural brasileira contemporânea: a) o Cultura Viva parte do conceito de cultura, no sentido “antropológico”, nas dimensões cidadã, simbólica e econômica; b) traz o entendimento da promoção e proteção da diversidade cultural, compreendendo seu caráter plural e sua capacidade de interagir com as diferenças; c) inaugura um novo paradigma em relação ao tratamento dado pelas políticas públicas às culturas tradicionais e populares, sendo elas representantes do patrimônio (material e imaterial), das identidades e da diversidade cultural brasileira; d)

segue a lógica da democracia e cidadania cultural; e) atua na inclusão social e cultural de grupos que foram historicamente marginalizados por uma cultura hegemônica, elitista e conservadora.

Para Bezerra (2014, p. 71), o Cultura Viva encaixa-se no contexto de um novo paradigma das políticas culturais (globais e nacionais), que valorizam a diversidade cultural, além de “fortalecer os novos processos de construção de políticas públicas de cultura, com a inclusão de novos atores sociais, e promover a redistribuição dos recursos e investimentos na área da cultura em nível nacional”. Domingues (2010, p. 261) também ressalta o caráter inovador do Programa, que promoveu “uma criativa e radical reorientação” nos conceitos de “cultura” e “políticas culturais”, em todas as suas formas.

Ao longo dos últimos anos, estudos nas mais diversas disciplinas acerca da política cultural brasileira e, sobretudo, reflexões relevantes sobre o Cultura Viva e os Pontos de Cultura, construíram um rico mosaico analítico.³ Neste atual momento, passados dez anos de implantação do Cultura Viva, outros enquadramentos e enfoques parecem ser importantes. Este estudo busca contribuir com uma análise que ultrapassa o exame exclusivo das ações desenvolvidas, abarcando sua capacidade de construir e induzir o compartilhamento de uma discursividade convergente.

A pesquisa documental bem como depoimentos de agentes envolvidos no processo compõem o *corpus*, para cuja análise utilizamos, principalmente, o aporte teórico da teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1987). Tal escolha justifica-se pelo fato desses autores entenderem o discurso como prática social, sendo constituído de poder e ideologias. O discurso é, assim, capaz de construir dimensões sociais de conhecimento, relações e identidades sociais (LACLAU; MOUFFE, 1987; MAGALHÃES, 2001).

Nesse sentido, a pesquisa busca fazer uma análise não do discurso em si, mas do alinhamento discursivo entre a instituição e os instituintes. Isto é, a produção e circulação de significados simbólicos pela política cultural, capaz de reposicionar um

³ Para tanto, basta verificar na programação de importantes eventos, como o Enecult, promovido pela UFBA, e o Encontro Internacional de Políticas Culturais, promovido pela Fundação Casa de Rui Barbosa, e na produção de programas de mestrado e doutorado, na área das Ciências Sociais aplicadas, para se verificar a quantidade e a qualidade das pesquisas realizadas nos últimos anos. Foram realizados ainda dois importantes estudos pelo IPEA: “Cultura Viva: avaliação do programa arte educação e cidadania”, publicado em 2010; e “Cultura Viva: as práticas de pontos e pontões”, publicado em 2011; além do livro “Pontos de cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva”, que reúne uma coleção de nove textos e trabalhos acadêmicos, que abordam as experiências, desafios e perspectivas, a partir do Programa.

conjunto de sentidos, produzir e afetar os discursos de outros agentes, numa estrutura simbólica.

1. O Discurso como prática

Para Laclau e Mouffe, o discurso constitui-se como uma prática articulatória, ou seja, “toda prática que estabelece uma relação tal entre os elementos, que sua identidade é modificada como resultado dessa prática”. Por sua vez, o discurso é a “totalidade estruturada resultante da prática articulatória” (LACLAU; MOUFFE, 1987, p. 176, tradução nossa).¹

Para os autores, o sujeito está aliado a uma pluralidade de centros constituidores das identidades, o que coloca a emergência de muitas identidades e diversas posições de sujeito no processo de formação do discurso, o que também promove a disputa pelo significado da realidade (LACLAU, 1985 apud FERREIRA, 2011). Por conta dessa pluralidade de posições de sujeito, o discurso se constitui, para Laclau e Mouffe, como uma prática política articulatória, na concepção de produzir sentidos que vão disputar o espaço do social.

Nessa perspectiva, conforme analisam Oliveira e Lopes, a formação discursiva é um conjunto articulado heterogêneo de discursos, ou seja, “um sistema de regras de produção de sentido, já hegemonizada por um determinado discurso dentro de uma pluralidade” (OLIVEIRA; LOPES, 2011, p. 15). O discurso não se constitui como um todo homogêneo, fechado em si, mas consegue aglutinar e articular, de forma contingente e provisória, diferentes sentidos em disputa, a partir de efeitos de posicionamento dos sujeitos. Com isso, a hegemonia de determinados sentidos aponta hierarquias e disputas de poder no campo discursivo.

Por esse viés analítico, pode-se entender que o discurso da política cultural representa uma articulação hegemônica, na qual as diferenças e sentidos em disputa conseguiram ser articuladas e determinados sentidos foram hegemonizados de forma contingente e provisória. É importante ressaltar que a hegemonia discursiva é provisória, pois na teoria do discurso de Laclau e Mouffe (1987) pode haver um “deslocamento” de sentidos e noções do objeto do discurso.

De acordo com essa ideia, o objeto do discurso está marcado pelo contexto de sua constituição, ou seja, está acompanhado de um cenário simbólico-discursivo. Quando determinados sentidos já não dão conta dos fatores característicos de determinado período histórico, torna-se necessário um novo discurso, uma nova

¹ “toda prática que estabelece una relación tal entre elementos, que la identidad de éstos resulta modificada como resultado de esa práctica”. Por sua vez, o discurso é a “totalidad estructurada resultante de la práctica articulatória”. (LACLAU; MOUFFE, 1987, p. 176)

hegemonia de sentidos, para representar o momento que se inaugura (LACLAU apud MENDONÇA, 2012). O “deslocamento” é, assim, uma mudança na centralidade de significações, o que expõe as disputas e conflitos que permeiam a prática articulatória, na qual as diferenças e significações em disputa conseguiram ser articuladas e determinados sentidos hegemônicos.

A construção conceitual que o Cultura Viva traz, por exemplo, também resulta de uma dada articulação hegemônica de sentidos, sejam elas concepções operativas, normativas ou conceituais. A respeito da ideia de “ser Ponto de Cultura”, uma concepção propriamente normativa, criada pela política cultural, verifica-se que é uma noção reproduzida ou reelaborada pelos sujeitos de direito das políticas, a partir do discurso hegemônico, isto é, por influência da política cultural contemporânea.

Inseridos nos âmbitos institucionais, sobretudo no acesso às políticas públicas de cultura, os sujeitos – que historicamente foram silenciados no processo de produção simbólico-discursiva da hegemonia dominante – sofrem implicações do discurso institucional, assim como de outras narrativas articuladas a esse campo semântico. Por outro lado, embora a produção simbólico-discursiva se dê por meio de relações desiguais de poder, os sentidos em disputa têm a possibilidade de ser articulados de modo a promover outro deslocamento que pode ser hegemônico (legitimar o discurso oficial) ou contra-hegemônico (contrapor-se aos sentidos hegemônicos). Assim, trata-se de uma influência mútua, os discursos – claro que de maneira distinta – se influenciam, se aproximam e se distanciam em suas significações.

2. O Programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura estudados

Em 2005, o MinC cria o Cultura Viva e sua ação prioritária, o Ponto de Cultura. A importância do Programa, ao longo desses últimos dez anos, pode ser medida pela aprovação da Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014, que o institui como Política Nacional de Cultura Viva.

No que diz respeito à sua dimensão simbólica, o Cultura Viva parte do mesmo conceito de cultura adotado pelo MinC, com a posse do ministro Gil, no sentido “antropológico”, como direito e cidadania, produção simbólica e econômica. De acordo com Gil:

O Ministério da Cultura lança seu programa mais abrangente e profundo do campo da cidadania cultural. [...] Os Pontos de Cultura são intervenções agudas nas profundezas do Brasil urbano e rural, para despertar, estimular e projetar o que há de singular e mais positivo nas comunidades, nas periferias, nos quilombos, nas aldeias: a cultura local. (2004b, p. 8)

O Programa é a tentativa mais bem-sucedida, dentre as políticas do MinC, nos últimos anos, de materializar aquilo que na dimensão programática foi definido como o conceito ampliado de cultura, ou seja, sua tridimensionalidade simbólica, cidadã e econômica.

Os princípios do Programa relacionam-se com a valorização de iniciativas culturais de grupos e comunidades excluídas e a ampliação do acesso a bens culturais e, sobretudo, aos meios de produção cultural. Para isso, o Cultura Viva se estruturou, inicialmente, por meio das cinco ações: Agente Cultura Viva; Cultura Digital; Escola Viva; Griô; e Ponto de Cultura. Fazem parte ainda da estruturação do Programa a ação dos Pontões e das Redes. Com o passar dos anos, o Programa foi evoluindo e concebendo outras ações e prêmios, atrelados às necessidades de desenvolvimento dos Pontos de Cultura, como as ações Pontinhos de Cultura e Economia Viva, além dos Pontos de Memória (MINC, 2004).

O Programa segue a lógica da democracia e da cidadania cultural, que entende a cultura como direito e reconhece a necessidade de potencializar o acesso aos meios de criação, difusão e fruição cultural. O seu objetivo é ampliar e garantir a inclusão de novos agentes no atendimento das políticas culturais, por meio do repasse de recursos e tecnologias digitais, sem restrição de segmento, expressão cultural, condição social ou posição geográfica às diversas manifestações da sociedade brasileira.

Nesta pesquisa, selecionamos três Pontos de Cultura na cidade de Fortaleza, no Ceará, para análise dos discursos dos agentes do campo. Priorizamos escolher instituições e projetos que apresentassem cenários diversos e singularidades para demonstrar a força simbólica do Programa junto aos sujeitos participantes. Desse modo, foram selecionadas as seguintes experiências:⁴ 1) Ponto de Cultura 1 – contemplado no I Edital lançado no Ceará, em 2008, que concluiu as atividades do projeto com êxito e encerrou o convênio com o Cultura Viva em 2012; 2) Ponto de Cultura 2 – selecionado no I Edital, em 2008, foi desconveniado do Programa, antes da conclusão do projeto, por conta de problemas de gestão e prestação de contas; e, por último, 3) Ponto de Cultura 3 – contemplado no II Edital, lançado no Estado, em 2010, iniciou as atividades do projeto

⁴ Para manter a privacidade dos grupos, identificaremos os Pontos de Cultura como Ponto 1, Ponto 2 e Ponto 3. A pesquisa de mestrado que deu origem a este texto. Realizada no Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas e Sociedade, na Universidade do Estado do Ceará, pode ser acessada em: <http://www.uece.br/politicasece/index.php/dissertacoes>.

apenas no segundo semestre de 2013, após receber, com bastante atraso, a primeira parcela do recurso.

A pesquisa documental bem como os depoimentos desses agentes permitiu compreender em quais perspectivas a relação social e o alinhamento, no plano discursivo, se constrói a partir da participação desses sujeitos na política cultural.

3. O componente discursivo do Cultura Viva e o desafio de suas práticas

Na primeira avaliação sistemática, realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, realizada entre 2007 e 2008, foram constatadas diversas incoerências entre a filosofia e a prática do desenho do Programa – se a filosofia liberta, a burocracia amarra o conceito do programa (IPEA, 2010). Uma série de problemas nas condições estruturais da administração central, sobretudo em relação à inadequação das regras e marcos legais para uso de pequenas associações, foram relatados pelos Pontos na avaliação. Alguns dos principais problemas enfrentados são: o atraso dos repasses financeiros, condicionados a complicadas prestações de contas; insuficiência de recursos e complexidade dos procedimentos (formulários, prestação de contas etc.), que dificultam o desenvolvimento das atividades (IPEA, 2010). O que acontece é que, na busca por fugir de um perfil hegemônico de personalismo e clientelismo, o Estado delineou um padrão de relação bastante burocrático, formal e funcional.

Na segunda pesquisa do IPEA, realizada entre 2010 e 2011, a análise deu espaço para a visão de Pontos e Pontões de Cultura, a partir da observação empírica da realidade, com o objetivo de “avaliar o programa por baixo” (IPEA, 2011). Essa pesquisa “permitiu a apreensão e, conseqüentemente, a descrição das práticas artísticas, educativas e culturais dos grupos, suas formas de organização social, significações e narrativas, aquilo que os faz se reconhecer e ser reconhecidos como Ponto de Cultura” (IPEA, 2011, p. 11).

Alguns depoimentos colhidos diretamente junto aos gestores dos Pontos de Cultura conveniados do MinC são exemplares da força transformadora da proposta e o embate com as questões legais e burocráticas.

1. “A filosofia do programa, sim. O programa deu a oportunidade da cultura realmente ser viva, mas a burocracia não. É preciso mudar a parte burocrática, ela amarra a filosofia da coisa”.
2. “Como teoria, está. O problema é a gestão”.
3. “Conceitualmente, sim. O que não está adequada é a gestão do programa [pelo MinC], pois devido à descontinuidade as conquistas obtidas acabam sendo prejudicadas”.

4. “Em termos de filosofia, a proposta está adequada; porém, na operacionalização, os requisitos legais tornam difícil a realização das atividades”.

Como se pode verificar, a filosofia e as concepções do programa foram bem valoradas. Em contrapartida, quesitos como implementação e execução foram objeto de crítica. (IPEA, 2010, p. 36-37)

Tanto nos relatórios do IPEA quanto na pesquisa realizada e que deu origem a este texto está explícito que a política cultural gera implicações e novas significações pelos sujeitos, seja através da reprodução e da legitimação de um discurso institucional ou da reelaboração dos sentidos deste discurso. É nesta perspectiva da dimensão simbólica, que procuramos perceber em que medida a dimensão discursiva da política cultural e dos sujeitos participantes da ação se alinham.

É interessante destacar que, dentre as estratégias discursivas sobre o Programa e os Pontos de Cultura, sempre houve uma recorrência a enunciados metafóricos de grande eficácia subjetiva e mobilizatória. Seus principais enunciadores chamavam-na ora de uma política de “encantamento social”, ora como uma ação para “desencobrir o Brasil profundo”, ora como uma ação libertadora potente. “Que acontece quando se solta uma mola comprimida, quando se liberta um pássaro, quando se abrem as comportas de uma represa? Veremos...”, afirmava o Ministro Gil, no pronunciamento sobre o Programa Cultura Viva, em Berlim, Alemanha, em 2 de setembro de 2004.

Para além de seus enunciadores institucionais, a atuação dos gestores e integrantes dos Pontos, em diferentes contextos de produção, também contribuíram de forma decisiva para a resignificação discursiva e simbólica do programa.

O que se mostra interessante é que, se na dimensão da ação, inúmeros problemas de gestão como prestação de contas, repasse, acompanhamento etc, são citados de forma crítica e negativa, podemos afirmar que, mesmo com todos esses problemas, o reconhecimento e a adesão ao Programa sempre foram significativos. Essa adesão passa pela aderência subjetiva, simbólica, ideológica, identitária e discursiva dos Pontos de Cultura ao Programa Cultura Viva. Assim, podemos afirmar que, do ponto de vista discursivo e simbólico, o Cultura Viva foi vitorioso na medida em que consolidou uma dimensão conceitual, identitária e ideológica de articulação entre os sujeitos e a política cultural.

4. Discursos, conceitos e ideologias

A partir do olhar para a estrutura simbólica do Programa, evidenciamos que, embora a prática tenha produzido fragilidades, por outro lado, a dimensão da identidade produziu um discurso positivo nos agentes do campo, sobretudo no que diz respeito à significação e ao reconhecimento dos sujeitos como Ponto de Cultura. Esta é uma das questões centrais desta pesquisa, e que será trabalhada a seguir.

Nos princípios conceituais do Cultura Viva, evidencia-se a promoção da diversidade cultural como um projeto político de afirmação das identidades e interação entre as diferenças. Como bem observa Barros e Ziviani (2011, p. 67), há que se destacar um tratamento especial ao tema da diversidade no Programa, que busca “assegurar não apenas suas expressões, mas as condições mesmas para que a diversidade emerge das interações entre os diferentes”. Dessa forma, a diversidade cultural é compreendida a partir do seu caráter plural e da sua capacidade de interagir com as diferenças.

O Cultura Viva parece compreender essas mediações plurais e inclusivas, na medida em que promove a inclusão e a articulação entre os diversos segmentos étnicos e culturais, por meio de Teias, seminários, estímulo à formação de redes, e potencializa as diversas manifestações culturais locais nas comunidades.

Nessa perspectiva, destacamos a atuação do Cultura Viva junto ao campo das culturas populares, que acabam ocupando grande representatividade no Programa. O tratamento dado a essas manifestações culturais é inovador, na medida em que não estão presentes os discursos protecionistas. Essas culturas são consideradas em sua dinâmica, como experiências das misturas resultantes de interações variadas, característica fundamental da realidade cultural brasileira. Na perspectiva da proteção, o Cultura Viva atua no reconhecimento e na afirmação do pertencimento identitário dessas expressões culturais. Assim, o Programa representa um avanço nas políticas públicas de cultura, na medida em que busca conjugar as duas lógicas de proteger e promover a diversidade cultural. Como defende Barros (2010, p. 34), “trata-se de compreender que proteção sem promoção da diversidade cultural, acaba se transformando na adoção de medidas restritivas que condenam cada cultura a ela própria”.

Embora não seja a cultura popular o único eixo do Cultura Viva e do Ponto de Cultura,⁵ ele se configura como um dos mais importantes. O apoio justifica-se na ideia

⁵ Outros segmentos representativos no Cultura Viva são: povos tradicionais; culturas indígenas; povos de matrizes africanas; pontos ligados à cultura digital; linguagens consagradas, como dança, teatro, literatura, audiovisual etc.; LGBT e sexualidades; entre outros.

do reconhecimento e da valorização da diversidade, a partir da percepção de que as culturas populares trazem um capital simbólico de grande importância, que deve ser mantido, preservado e considerado em sua diversidade cultural. Esta proximidade é reconhecida ainda no âmbito da ampliação do escopo das políticas culturais, no qual se verifica o crescente reconhecimento de linguagens e expressões culturais consideradas não “clássicas”, em especial a cultura tradicional e popular (MEDEIROS, 2011).

Outra grande questão é a incorporação do Programa ao modelo de democracia cultural, na qual a cultura é encarada como expressão de cidadania, através da promoção do acesso aos meios de produção e fruição cultural como forma de contribuir para a superação de desigualdades. Este modelo também se alia às políticas para a diversidade, onde, “ao valorizar as múltiplas práticas e demandas culturais, o Estado está permitindo a expressão da diversidade cultural” (CALABRE, 2007, p. 14).

Autonomia, protagonismo, empoderamento, gestão em rede e gestão compartilhada são conceitos e práticas implementadas pelo Ponto de Cultura, que foram sendo apropriadas nos discursos e significados pelos agentes participantes do Programa. Os conceitos estão ligados à cidadania e à conquista de direitos, à emancipação de grupos e comunidades, à capacidade de gerar emprego e renda e à possibilidade de articulação e participação social. Somados às novas categorias, foi aplicado o conceito de gestão compartilhada, gestão em rede, ou ainda, gestão transformadora para os Pontos de Cultura (MINC, 2004; TURINO, 2009).

Como já afirmado anteriormente, pesquisas realizadas pelo IPEA e os estudos de alguns autores (TURINO, 2009; DOMINGUES, 2010; LACERDA et al., 2010) apontam que problemas com o modelo de gestão, entraves burocráticos e a comunicação entre os Pontos e o MinC, e até mesmo a pouca vontade política, foram os principais impasses na execução da ação. Em síntese, a prática mostrou que uma gestão que tenta ser democrática e popular se confrontou com uma estrutura estatal burocrática, elitista, conservadora, e, portanto, bastante excludente.

A despeito dos inúmeros problemas de gestão e execução, na perspectiva dos sujeitos aqui estudados, o que se observa é a produção de significações e a construção de um discurso de reconhecimento identitário alinhado à ideologia do Cultura Viva. Frente à discursividade “encantadora” do Programa, formada por uma dimensão conceitual e filosófica, os sujeitos também elaboram um discurso bastante positivo quanto à sua participação na ação. O que evidencia que a forma de pensar o impacto do Cultura Viva foi, igualmente, positiva.

Embora também denunciem as falhas e os problemas que vivenciaram na realização dos projetos, os sujeitos entrevistados nesta pesquisa corroboram com o discurso institucional de que o Cultura Viva fomentou a legitimação de expressões culturais antes não vistas; contribuiu para o fortalecimento de suas atividades e para a afirmação de identidades; e possibilitou a inclusão e o acesso a mecanismos de fomento, para que pudessem se estruturar minimamente.

Como exemplo, o coordenador do Ponto de Cultura 2,⁶ destaca muitos pontos positivos da curta duração da participação do grupo sob a chancela. Embora reconheça as extremas dificuldades de realizar o projeto, por questões de ordem burocrática, o gestor exalta fatores positivos, afirmando que o Ponto de Cultura trouxe visibilidade, fortaleceu as ações, possibilitou intercâmbio cultural e forneceu uma mínima estrutura para a Associação, assim como possibilitou o acesso a outras políticas culturais.⁷ Outra fala que revela a força discursiva e simbólica dessa identidade compartilhada é que, mesmo desligado do convênio antes do término de execução do projeto, o grupo ainda assume a assinatura e o autorreconhecimento como Ponto de Cultura – “a essência do Ponto de Cultura não é começar do zero alguma coisa, ele vinha para potencializar o que já existe, por isso que ele continua, porque ele independe do convênio, continuamos como Ponto de Cultura”.⁸

Acreditamos que este alinhamento discursivo se sustentou em função do compartilhamento simbólico e discursivo, de uma ação em rede, da ideia de descobrir aquilo que já existe, colocado em prática pelo Programa. É necessário reconhecer que o modelo de financiamento também age sob a dimensão subjetiva, ideológica e discursiva dos grupos culturais, por meio da dependência financeira desses grupos aos incentivos da política cultural. Para além de uma adesão conceitual, política e ideológica – fato que aqui não se questiona –, outra questão de ordem prática, o poder do modelo de financiamento, parece ter exercido uma forte influência, induzindo a dimensão subjetiva e discursiva desses sujeitos, ainda que esta não pareça ser suficientemente determinante, visto que mesmo aqueles Pontos de Cultura que não receberam o recurso do convênio e ainda os que foram desligados do Programa, continuam se afirmando e se reconhecendo como tal.

⁶ Ponto de Cultura contemplado no I Edital lançado no Estado do Ceará, situado na cidade de Fortaleza, que foi desconvenido da ação, justamente por conta da dificuldade em lidar com os procedimentos burocráticos do modelo de gestão.

⁷ Entrevista concedida em 12 mar. 2013.

⁸ Entrevista concedida em 12 mar. 2013.

Nesse sentido, é necessário reconhecer que os discursos positivos dos sujeitos apontam para o fato de que o problema não era o Programa Cultura Viva, mas a instituição que o abriga, o MinC. A lógica da experimentação criativa e sensível do Cultura Viva confronta-se com a lógica burocrática e com o sistema de financiamento limitador e excludente do Ministério.

Em segundo lugar, procuramos identificar quais as significações que esses sujeitos elaboram acerca do que é “ser um Ponto de Cultura”, e como essa produção simbólico-discursiva se confronta com a definição institucional.

Considerando-se o discurso do MinC “ser Ponto de Cultura” é uma chancela a projetos que são financiados e apoiados institucionalmente pelos governos federal, estadual e municipal. É uma denominação que identifica todas as iniciativas que são ou já foram reconhecidas pelo MinC como Ponto de Cultura. A chancela atua como reconhecimento a iniciativas culturais da sociedade já existentes nas comunidades. Então, o MinC também considera em seu discurso que Ponto de Cultura é toda e qualquer ação cultural desenvolvida por membros de uma determinada coletividade – ou seja, é Ponto de Cultura antes de receber a chancela.

Existe, portanto, uma ideia sobre o que é “ser Ponto de Cultura”, que tem um significado político e cultural. Essa ideia tem autonomia em relação ao convênio com o poder público, pois muito antes de iniciar as atividades previstas no projeto – como no caso do Ponto de Cultura 3 – ou mesmo ao final das atividades do projeto – como no caso do Ponto de Cultura 1 – os grupos participantes produzem um discurso de autorreconhecimento como tal, são ou continuam a ser Ponto de Cultura.

Desde quando foi contemplado no II Edital de Pontos de Cultura do Estado do Ceará, em 2010, mesmo antes de ter iniciado as ações do projeto, após o recebimento da primeira parcela – o que só acontece em 2013 – o Ponto de Cultura 3 passou a se autodenominar por meio da chancela – identificação que é encontrada em matérias de jornais, no próprio *blog* do grupo, e na pintura na frente da sede do grupo. Na entrevista da diretora da instituição que faz a gestão do Ponto,⁹ existe uma clara reprodução do discurso oficial do que se compreende como “ser Ponto de Cultura”:

A ideia é fomentar as ideias e ações de quem está lá na base fazendo cultura.
[...] Dentro do conceito do Programa, quando você convenia é a ideia de você

⁹ É importante explicar que a diretora da instituição que elaborou o projeto contemplado como Ponto de Cultura 3, não faz parte do grupo cultural e da comunidade em que o grupo está inserido. A instituição empresta o CNPJ para o grupo poder participar do edital, além de continuar prestando serviços administrativos e de gestão ao Ponto de Cultura. Deste modo, evidencia como o Programa limita-se a oficializar institucionalmente por meio da chancela apenas aqueles que possuem CNPJ, praticamente oficializa um “mercado” para as instituições intermediárias.

fazer parte de uma rede [...]. E depois que desconveniu continua a ser Ponto de Cultura. [...] Apesar de que a gente reconhece que nem todo mundo que está conveniado tem esse sentimento de pertença.¹⁰

A gestora considera, por um lado, o significado do Ponto de Cultura, a partir da perspectiva política como a possibilidade de “participar, se movimentar e se articular numa rede dentro do Programa Cultura Viva como Ponto de Cultura”. Isso é permitido por meio da chancela. Mas, ao participar desse movimento em rede, a mobilização tem que ser feita no sentido de considerar toda e qualquer ação como Ponto de Cultura, isto é, visualizar a partir da dimensão simbólica e cultural do conceito. Assim, Ponto de Cultura seria de fato toda e qualquer iniciativa cultural que necessita de reconhecimento para que possa se articular e fazer parte de uma rede que a fortaleça.

O gestor do Ponto de Cultura 1 tem um pensamento semelhante. Para o gestor, todas as iniciativas culturais da sociedade são Pontos de Cultura e, desse modo, não é ou não deve ser restrita a uma chancela do Ministério. Desta maneira, considera que, mesmo com a finalização do projeto e fim do convênio, continua sendo Ponto de Cultura: “eu acho que a gente continua sendo Ponto de Cultura, de qualquer forma, independente da chancela do Ministério, como tudo é um Ponto de Cultura”.¹¹

Para que se tenha uma ideia desta singularidade, o reconhecer-se e atuar como Ponto de Cultura adquiriu uma autonomia em relação à execução do convênio com o poder público. No caso do Ponto de Cultura 2, a Associação foi desconveniada por não ter conseguido realizar e cumprir as obrigações legais que o Programa exige. O desligamento de alguma maneira aciona o mecanismo de significação do que é “ser Ponto de Cultura”, pois a chancela concedida na celebração do convênio reconhece ações e práticas que já eram realizadas, por conseguinte, baseando-se nessa concepção, já existia um Ponto de Cultura ali naquela comunidade. Quando acontece o desligamento, há um abandono da compreensão desse conceito e de que aquelas ações e práticas precisavam do recurso para potencializar o que já havia sendo desenvolvido. Embora esse procedimento de desconvenimento aconteça em uma ordem e em um plano puramente prático, essa conduta traz implicações para a significação do que é “ser Ponto de Cultura”: o grupo deixou de ser Ponto de Cultura? Continua a ser Ponto de Cultura, mesmo com o desconvenimento? O exemplo acentua a força discursiva e simbólica do programa, gerando uma identidade e experiência de pertencimento.

¹⁰ Entrevista concedida em 08 de nov. 2013.

¹¹ Entrevista concedida em 08 nov. 2013.

Os casos estudados nesta pesquisa exemplificam que há uma reprodução e legitimação do discurso do Cultura Viva, sobretudo acerca do sentir-se como Ponto de Cultura, o que demonstra a sua força simbólico-discursiva e suas implicações nos discursos dos sujeitos, que de algum modo tiveram acesso a este Programa, seja o Ponto que ainda vai começar as atividades do projeto, aquele que foi desligado, e também o que o concluiu com êxito.

Além disso, duas dimensões foram apontadas nos discursos dos sujeitos como essenciais à ideia de ser Ponto de Cultura. A dimensão simbólica e cultural, propriamente dita, no que diz respeito à valorização e ao reconhecimento de iniciativas culturais e grupos que historicamente foram marginalizados do processo de legitimação institucional. E a dimensão política, no que se refere à participação, à articulação e ao fortalecimento desses grupos culturais, a partir de uma organização em rede e do diálogo com o poder público, que são adquiridos por meio da chancela institucional.

Esse alinhamento discursivo é desencadeado, sobretudo por uma dependência dos recursos financeiros provenientes das políticas culturais, como ressaltamos anteriormente, embora esta não se apresente como determinante. Desse modo, representa ainda uma estratégia para se tornar um dos incluídos no atendimento das ações e programas das políticas culturais, para ter acesso ao fomento e à visibilidade de suas práticas culturais.

5. Considerações Finais

Ao pensar o Cultura Viva como discurso compartilhado – entendendo o discurso como prática social –, evidenciamos uma centralidade de significações, que não somente revela uma convergência positiva, mas também expõe as disputas e conflitos que permeiam toda prática articulatória, na qual as diferentes significações conseguiram ser articuladas e determinados sentidos hegemônicos.

Pensar essas questões faz-se relevante para compreendermos os espaços de articulação nos quais sucedem a hegemonização de determinados sentidos, em que é possível perceber as relações entre as dimensões da prática e do discurso. As contradições desta relação, muito antes de se revelarem como negativas, podem representar a própria força do discurso. Diante disso, o que percebemos é uma convergência entre o discurso dos sujeitos e o institucional, o que reflete que ainda há uma celebração muito positiva do Programa pelos sujeitos participantes. É um

alinhamento que legitima e fortalece a potência da dimensão simbólica do Ponto de Cultura e do Cultura Viva.

Uma das evidências dessa potência do compartilhamento discursivo e simbólico, mesmo que acompanhado de problemas e desafios de ordem executiva, pode ser encontrada na forma como, mesmo antes dos convênios com o poder público serem assinados, muitos grupos já se reconheciam e se apresentavam como Pontos de Cultura, como constatamos em nosso campo empírico.

Esse cenário revela, portanto, duas questões centrais. A primeira é o discurso compartilhado acerca do Cultura Viva, isto é, a ideia de pertencimento a uma rede e a perspectiva de reconhecimento dos sujeitos como Pontos de Cultura. A segunda, como a despeito da prática produzir fraturas e evidências empíricas frágeis e descontínuas, por outro lado, a identidade, a dimensão de reconhecimento, produz uma potência discursiva positiva.

Dessa maneira, o Cultura Viva mantém sua força, principalmente, no patamar discursivo, conceitual e simbólico. Força esta que talvez tenha alimentado a esperança e contribuído para a grande mobilização em torno da aprovação da Lei Cultura Viva, em julho de 2014. Além da motivação de que o Cultura Viva se renove e se transforme, de modo que tenha uma maior atuação, desburocratização, e que se torne, efetivamente, política de Estado.

Diante do exposto, compreendemos que, apesar de corresponder a uma prática institucionalmente frágil, descontínua, o discurso e o pertencimento a uma rede é o que assume uma potência identitária fundamental. O discurso do Programa Cultura Viva e o pertencimento a uma rede intersubjetiva nos parece o mais avançado e fortalecido. Por fim, o Cultura Viva precisa ser compreendido em seu sucesso e em seu fracasso, na dimensão prática das ações, de execução e gestão, e na dimensão discursiva, simbólica, filosófica e identitária, o que revela algumas contradições, mas também a força do Programa. Aí está sua fraqueza, mas também a sua força.

Referências

BARROS, José Márcio; ZIVIANI, Paula. O Programa Cultura Viva e a diversidade cultural. **Caderno Pontos de Cultura: Olhares sobre o Programa Cultura Viva**. Brasília, DF: Ipea, 2011. p. 61-88.

- BARROS, José Márcio. A Diversidade Cultural, O Identitário, O Popular e O Tradicional. In: **Catálogo Culturas Populares e Identitárias da Bahia**. Salvador: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, 2010. p. 30-42.
- BEZERRA, Jocastra. **Quando o popular encontra a política cultural: a discursividade da cultura popular nos Pontos de Cultura “Fortaleza dos Maracatus”, “Cortejos Culturais do Ancuri” e “Boi Ceará”**. 2014. 178 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.
- BRASIL. Ministério da Cultura. **Acompanhamento de metas do Plano Nacional de Cultura**. Disponível em: http://pnc.culturadigital.br/tags_metas/cultura_popular/. Acesso em: 30 ago. 2013.
- CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: RUBIM, Albino; BARBALHO, Alexandre. (Orgs.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: UFBA, 2007. (Coleção Cult). p. 87-107.
- DOMINGUES, João. **Programa Cultura Viva: políticas culturais para a emancipação das classes populares**. Rio de Janeiro: Luminária Academia, 2010.
- FERREIRA, Fabio Alves. Para entender a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 127, dez. 2011. Mensal – ANO XI. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/>. Acesso em: 23 ago. 2013.
- GIL, Gilberto. Experimentação, memória e invenção. Discurso do Ministro Gilberto Gil na solenidade de transmissão do cargo, em Brasília, a 2 de janeiro de 2003. **Caderno Cultura Viva**. 3. ed. Brasília, DF: MINC, 2004a. p. 40-43.
- _____. Que acontece quando se liberta um pássaro? Pronunciamento sobre o Programa Cultura Viva. Berlim, Alemanha, 2 de setembro de 2004. **Caderno Cultura Viva**. 3. ed. Brasília, DF: MINC, 2004b. p. 8-9.
- IPEA. **Cultura Viva: avaliação do programa arte educação e cidadania**. Brasília, DF: Ipea, 2010.
- _____. **Cultura Viva: as práticas de pontos e pontões**. Brasília, DF: Ipea, 2011.
- LACERDA, Aline Pires de et al. **Programa Cultura Viva: uma nova política do ministério da Cultura**. In: RUBIM, Albino. (Org.). **Políticas culturais no Governo Lula**. Salvador: UFBA, 2010. (Coleção Cult). p. 111-131.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estratégia socialista**. Hacia una radicalización de la democracia. Madrid: Siglo XXI, 1987.
- MAGALHÃES, Célia Maria. (Org.). **Reflexões sobre a análise crítica do discurso**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2001.

MEDEIROS, Anny K. de. Política de financiamento cultural: análise do Programa Cultura Viva em três estados brasileiros. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011. Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2013.

MENDONÇA, Daniel de. Antagonismo como identificação política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 9, p. 205-228, set./dez. 2012.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Cultura Viva: o Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária**. 3. ed. Brasília, DF: MinC, 2004.

MOUFFE, Chantal. **The democratic paradox**. Londres: Verso, 2009.

NUNES, Ariel F. **Pontos de cultura e os novos paradigmas das Políticas Públicas Culturais: reflexões Macro e Micro-Políticas**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011. Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2013.

OLIVEIRA, Ana de; LOPES, Aline C. A abordagem do ciclo de políticas: uma leitura pela teoria do discurso. **Cadernos de Educação, Faculdade de Educação – FaE, Programa de Pós Graduação em Educação – PPGE, Universidade Federal de Pelotas – UFPel**, 2011. p. 19-41.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014. Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13018.htm> Acesso em: 22 ago. 2014.

TURINO, Célio. **Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima**. Rio de Janeiro: Anita Garibaldi, 2009.

MENDONÇA, Daniel de. Antagonismo como identificação política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 9, p. 205-228, set./dez. 2012.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Cultura Viva: o Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária**. 3. ed. Brasília, DF: MinC, 2004.

MOUFFE, Chantal. **The democratic paradox**. Londres: Verso, 2009.

NUNES, Ariel F. **Pontos de cultura e os novos paradigmas das Políticas Públicas Culturais: reflexões Macro e Micro-Políticas**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011. Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2013.

OLIVEIRA, Ana de; LOPES, Aline C. A abordagem do ciclo de políticas: uma leitura pela teoria do discurso. **Cadernos de Educação, Faculdade de Educação – FaE**, Programa de Pós Graduação em Educação – PPGE, Universidade Federal de Pelotas – UFPel, 2011. p. 19-41.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014. Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13018.htm> Acesso em: 22 ago. 2014.

TURINO, Célio. **Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima**. Rio de Janeiro: Anita Garibaldi, 2009.